

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República**

Segundo notícias vinda a público, confirmadas com informações dadas aos trabalhadores, o Ministério da Saúde está a avançar com o processo de devolução, às Misericórdias, de todas as unidades hospitalares “nacionalizadas” no pós 25 de Abril de 1974.

O processo, que está em curso, envolve, só na região Centro, os hospitais Arcebispo João Crisóstomo (Cantanhede), Luciano de Castro (Anadia) e Dr. Francisco Zagalo (Ovar).

Segundo nos foi dado a conhecer, a decisão foi já comunicada aos trabalhadores daqueles hospitais, mas sem dar qualquer informação adicional relativamente ao futuro daquelas unidades hospitalares.

Refira-se que estes Hospitais, apesar das sucessivas amputações de que foram vítimas ao longo dos últimos anos, com encerramento de serviços de urgências e outras valências, com destaque para a obstetrícia, continuam a prestar um importante serviço às populações, aliviando, ainda que parcialmente, os grandes hospitais centrais. Qualquer destes três hospitais, graças à dedicação das centenas de profissionais que lá trabalham, muitos deles em condições de precariedade extrema por via do recurso crescente a empresas de trabalho temporário, têm apresentado contas equilibradas, inclusive com alguns resultados positivos, não registando endividamento.

Perante esta situação, que não pode merecer outra coisa senão o nosso mais vivo repúdio, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, pergunto ao **Ministério da Saúde**, por intermédio de V. Ex.ª, o seguinte:

1.º Confirma ou não o Governo esta escandalosa operação de entrega de um património público à União das Misericórdias?

2.º Em caso afirmativo, quais as condições em que é feita esta cedência, designadamente no que toca à garantia dos serviços público de saúde em geral e à continuidade de todas as

valências actualmente em funcionamento?

3.º Que garantias está o Governo em condições de dar relativamente à manutenção das centenas de postos de trabalho que asseguram, neste momento, o funcionamento daqueles hospitais?

4.º Finalmente, como irá o Governo manter o vínculo público dos actuais profissionais, a maioria dos quais com dezenas de anos de serviço?

Palácio de São Bento, quinta-feira, 24 de Janeiro de 2013

Deputado(a)s

JORGE MACHADO(PCP)